



DIÁRIO DO GOVÉRNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios ou à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebam 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS	
As 3 séries	Ano 240\$
A 1.ª série	90\$
A 2.ª série	80\$
A 3.ª série	80\$
Semestre	130\$
	48\$
	48\$
	43\$
	43\$

Para o estrangeiro e colônias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2550 a libra, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10:112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça :

Portaria n.º 9:765 — Extingue a 3.ª secção da secretaria judicial do 2.º juízo criminal da comarca do Pôrto, devendo o seu arquivo ser distribuído pelas duas secções que ficam subsistindo — Determina que o ajudante da mesma secção, bem como o respectivo oficial de diligências, fiquem na situação de funcionários sem secção, prestando o serviço que lhes for incumbido pelo chefe da secretaria do tribunal.

Ministério das Finanças :

Decreto-lei n.º 31:193 — Prorroga por três anos a isenção da contribuição industrial a que se refere a alínea b) do artigo 5.º do decreto-lei n.º 26:075, concedida ao Banco Agrícola de S. Miguel, com sede em Ponta Delgada — Anula a contribuição industrial do ano de 1941 e respectivo imposto complementar liquidados ao referido Banco.

Ministério das Obras Públicas e Comunicações :

Portaria n.º 9:766 — Modifica o quadro eventual da Secção de Melhoramentos de Águas e Saneamento, da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, aprovado pela portaria n.º 9:421.

Ministério das Colónias :

Portaria n.º 9:767 — Torna extensivo à colónia de Cabo Verde o disposto no § 3.º do artigo 169.º do Código das Custas Judiciais, aprovado pelo decreto-lei n.º 30:688.

Decreto-lei n.º 31:194 — Cria a Missão Geográfica de Angola.
Decreto n.º 31:195 — Abre um crédito para a execução da reforma aduancira do Império Colonial.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Portaria n.º 9:765

Atendendo a que no 2.º juízo criminal da comarca do Pôrto existem três secções, uma das quais se encontra presentemente vaga;

Atendendo a que esse número de secções excede o fixado no artigo 284.º do Estatuto Judiciário e respectivo mapa anexo, devendo consequentemente ser suprimidos os lugares excedentes, à medida que forem vagando, nos termos do artigo 4.º das disposições transitórias do referido diploma:

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro da Justiça:

1.º Que seja extinta a 3.ª secção da secretaria judicial do 2.º juízo criminal da comarca do Pôrto, devendo o seu arquivo ser distribuído pelas duas secções que ficam subsistindo;

2.º Que o ajudante da mesma secção, bem como o respectivo oficial de diligências, fiquem na situação de funcionários sem secção, prestando o serviço que lhes for determinado pelo chefe da secretaria do tribunal.

Ministério da Justiça, 27 de Março de 1941. — O Ministro da Justiça, Adriano Pais da Silva Vaz Serra.

MINISTÉRIO DAS FINANÇAS

Direcção Geral das Contribuições e Impostos

Decreto-lei n.º 31:193

Mantendo-se as circunstâncias que levaram o Governo à publicação do decreto-lei n.º 26:075, de 21 de Novembro de 1935;

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É prorrogada por três anos a isenção da contribuição industrial a que se refere a alínea b) do artigo 5.º do decreto-lei n.º 26:075, de 21 de Novembro de 1935, concedida ao Banco Agrícola de S. Miguel, com sede em Ponta Delgada.

Art. 2.º É anulada a contribuição industrial do ano de 1941 e respectivo imposto complementar liquidados ao referido Banco.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 27 de Março de 1941. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Mário Pais de Sousa — Adriano Pais da Silva Vaz Serra — João Pinto da Costa Leite — Manuel Ortins de Bettencourt — Duarte Pacheco — Francisco José Vieira Machado — Mário de Figueiredo — Rafael da Silva Neves Duque.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos

Secção de Melhoramentos de Águas e Saneamento

Portaria n.º 9:766

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Obras Públicas e Comunicações, que o quadro eventual da Secção de Melhoramentos de Águas e Saneamento, da Direcção Geral dos Serviços Hidráulicos e Eléctricos, aprovado pela portaria n.º 9:421, de 30 de Dezembro de 1939, passe a ter a seguinte composição:

Pessoal técnico:

1 engenheiro chefe.

2 engenheiros civis de 2.ª classe.

5 engenheiros civis de 3.ª classe.

1 agente técnico de engenharia civil de 2.ª classe.